

Acompanhamos aqui os investimentos, o orçamento da Secretaria da Habitação, da CDHU o quanto isso é insuficiente para atender minimamente essa questão da habitação popular e social do estado de São Paulo. Então, temos que criminalizar o Estado.

Eu fiquei chocado - só para concluir essa parte do meu pronunciamento - deputada Leci Brandão, com o prefeito Doria tentando também criminalizar, dizendo que a ocupação era liderada por uma máfia; um absurdo total. Logo ele que ocupou, lá em Campos do Jordão, um terreno da prefeitura e o aneou na sua propriedade. Foi uma vergonha nacional. Isso saiu em toda a Imprensa. Ele teve que devolver o terreno. Ele sim ocupou de uma forma irregular, invadiu uma área de Campos do Jordão que entrou com uma ação contra ele. Ele teve que devolver a área. Ele sim que fez isso. Ele que não paga impostos, não pagava IPTU da mansão que ele tem aqui bem perto da Assembleia Legislativa, uma mansão de quase um quarteirão. Agora ele não tem moral para ficar criminalizando as pessoas que moram nessas ocupações.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada, pelo tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente em exercício, nobre deputada Leci Brandão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, retorno a esta tribuna agora para falar de Segurança Pública. Mas, quero dizer antes, acho que todos os alunos que estão aqui talvez não entendam que o parlatório é para os deputados falarem, para trazer ideia. Cada deputado aqui expõe o seu ponto de vista.

Eu concordo com os dois deputados que me antecederam nesta tribuna, porque não devemos generalizar. Aliás, eu sou totalmente contra a generalização, até porque nós policiais somos as principais vítimas da generalização. Quando uma pessoa erra, todo mundo quer dizer que a Polícia erra. Portanto, sabemos que a generalização não é o correto. Mas que há sim, problema criminal nessa questão, com certeza há.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu estou, inclusive, pensando em abrir aqui uma CPI quanto a esse assunto para chegar à realidade desses fatos. Mas nós vamos estudar esses fatos.

Quero aqui dizer o seguinte: no Rio de Janeiro temos 43 policiais mortos, dos quais 40 são policiais militares. Infelizmente esse jovem de 36 anos que aparece nessa foto no telão, capitão da Polícia Militar, Estefan Cruz Contreiras. Ele estava chegando ao trabalho, em Jacarepaguá, e foi morto por volta das 6 horas e 50 minutos da manhã.

O jornal erra porque fala que ele foi alvo de criminosos em uma tentativa de roubo de assalto. Mentira. A própria notícia desmente isso porque fala o seguinte: "O capitão da Polícia Militar foi morto a tiros na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Identificado como Estefan Cruz Contreiras, de 36 anos, trabalhava no 18º Batalhão, em Jacarepaguá. Ele levou 12 tiros; isso não é roubo. Gente, quem é morto com doze tiros num roubo? Não foi roubo. Isso é, claramente, uma execução. Disse o seguinte, um delegado que atendeu a ocorrência: "ele levou tiros em todas as partes do corpo. Ele largou a moto e correu em direção a um poste para se abrigar. Estamos tentando entender se ele teve tempo de reagir ao ataque, ou se atiram nele mesmo assim".

E aqui diz uma testemunha que após ser atingido e gritar o policial militar que se rendia, um dos ocupantes da moto desceu e atirou ainda mais cinco vezes contra o capitão, 12 tiros na execução desse jovem policial que estava na Polícia Militar desde 2002. Era casado e não tinha filhos.

Então, mais uma vez, infelizmente, um policial militar do Rio de Janeiro é morto, executado, e infelizmente perfazendo o número de 43 policiais mortos, sendo 40 policiais militares.

Não bastasse isso, também lá no sul, um problema muito sério com a criminalidade: foi morto um policial civil no Rio Grande do Sul. Esse policial deixou uma filha de sete meses. É o policial civil Leandro de Oliveira Lopes, 30 anos, mais novo que meu filho, que tem 31. Foi morto durante uma operação contra o tráfico de drogas em Pareci Novo, em São Sebastião, a 70 quilômetros de Porto Alegre. Ele trabalhava desde dezembro na Delegacia de Investigação de Homicídios de Canoas. Esse policial havia sido policial militar, servido na Brigada Militar, no Rio Grande do Sul, de 2012 a 2017. E ontem, trabalhando na Polícia Civil, onde estava desde 2017, foi assassinado. E aqui o jornal até faz uma correção, fala que a filha do policial tem sete meses. Sua esposa está viúva, essa criança está órfã, e mais um policial morto no Rio de Janeiro.

Então, ontem, infelizmente tivemos duas mortes de policiais, uma no Rio de Janeiro, um capitão da Polícia Militar, e outra no Rio Grande do Sul, um investigador da Polícia Civil. É um número muito triste, muito trágico que nos incomoda muito, porque são pais de família, trabalhadores que morrem defendendo a sociedade, tanto o policial civil, que estava numa operação contra o tráfico de entorpecentes, quanto o capitão que estava chegando para trabalhar, seis e meia da manhã, foi morto com 12 tiros.

Queria lembrar a todos que em 2017 eu sofri um atentado também. Foram efetuados 11 disparos de pistola contra meu carro, quando estava manobrando cedinho em casa, que eu saía para trabalhar e, graças a Deus, nenhum me atingiu. Estou vivo hoje graças a Deus. Infelizmente esse capitão não teve a mesma sorte que tive e foi executado com 12 tiros. É muito triste, precisamos rever o nosso Brasil.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, deputada Leci Brandão, de volta a esta tribuna, hoje, quero aqui denunciar mais uma vez o que vem acontecendo com os professores readaptados da rede estadual de ensino.

Esses professores estão sendo vítimas de uma perversidade, de um comportamento nefasto do governo estadual, porque o governo está obrigando os professores readaptados a voltarem para a sala de aula, mesmo com laudos. Os professores estão readaptados, muitos até com readaptação definitiva, e estão sendo forçados a fazer novos laudos, novas perícias e muitos estão voltando para a sala de aula. São professores adoecidos que perderam a voz, outros até com problemas psiquiátricos, emocionais, que não podem mais estar em contato diretamente com alunos. E o Estado está fazendo isso de forma massificada, uma forma aleatória. São centenas e centenas de professores nessa situação da rede estadual.

Já levei o caso ao Conselho Regional de Medicina, para que haja investigação, sobretudo lá no Departamento de Perícias Médicas do Estado. Também fui ao Ministério Público Estadual com uma representação, inclusive fui recebido pela promotora do caso, com uma comissão de professoras readaptadas. Fizemos uma reunião no Ministério Público e pedimos a abertura de um inquérito civil para investigar esse ataque, essa violação à dignidade humana das nossas professoras e professores readaptados da rede estadual. Então, a rede estadual adoce para os professores por conta das péssimas condições de trabalho, por conta da jornada estafante de trabalho, por conta da violência nas escolas, por conta da falta de estrutura para que os professores possam trabalhar e depois o Estado ainda nega o processo de readaptação, fazendo com que esse professor volte para uma rede que não oferece a mínima condição de saúde, sobretudo saúde psíquica para os professores e é isso o que está acontecendo.

Então, o Ministério Público já foi acionado, o Conselho Regional de Medicina. Eu já acionei a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. Nós já fizemos muitas manifestações, muitos pronunciamentos aqui pela tribuna. Enfim, estamos tomando todas as providências, mas o governo tem que fazer uma intervenção nisso, porque é impossível que isso esteja acontecendo na nossa rede de ensino.

Uma desumanidade, uma perversidade contra os nossos servidores. Como o Estado não quer contratar mais professores, o Estado não quer mais investir recursos na chamada dose aprovados - porque tem muito professor aprovado de PEB I e tinha de PEB II também, ele não chamou, deixou o concurso caducar - ele faz com que os professores adoentados, sem condições de estarem em sala de aula, voltem. Isso está acontecendo em todo o estado de São Paulo.

Isso é um atentado à dignidade humana das nossas professoras e dos nossos professores. Então, eu faço aqui um apelo ao governador que assumiu agora, o novo governador, Márcio França, também para o novo secretário da Educação, que ambos tomem providências contra essa perversidade que foi colocada em curso pelo PSDB, pelos governos tucanos em São Paulo. Então, espero que o governador Márcio França, que é do PSB, tenha uma posição minimamente diferente e faça uma obstrução dessa orientação, porque nós estamos tomando providências.

Espero também que o Ministério Público cumpra o seu papel e saia em defesa do Magistério estadual e de todos os servidores que estão nessa situação. Então, Sra. Presidente Leci Brandão, gostaria que V. Exa. encaminhasse cópias do meu pronunciamento ao governador Márcio França, ao secretário da Educação e também ao secretário de Gestão Pública, porque o Departamento de Perícias Médicas está vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão. Então, parece-me que com as denúncias que temos, que isso é uma orientação da Secretaria de Planejamento e Gestã. A Secretaria de Planejamento e Gestão que deu essa orientação.

Então, nós queremos apurar. Por isso que o Ministério Público tem um papel fundamental na investigação dessa denúncia e desses ataques aos professores readaptados. Então, era isso, Sra. Presidente. Antes de levantar a sessão, eu não posso deixar de registrar uma questão importante, que é a situação dos professores da categoria "o" da rede estadual. Vossa Excelência, deputada Leci Brandão, acompanha muito, defende muito os professores da categoria "o". Aliás, todos os professores, todos os servidores, mas a situação é grave.

Nós tivemos agora, deputada Leci Brandão, 20.000 professores demitidos, 20.000 demissões de professores da categoria "o", porque é a maldita duzentena, criada pelo Serra em 2009. Era quarentena, virou duzentena, voltou quarentena, duzentena, enfim. O fato é que o contrato de trabalho dos professores é interrompido, ou através da quarentena ou da duzentena e o professor fica proibido de voltar para a rede de ensino, para as escolas, durante um ano.

Isso é um absurdo total. É uma lei aprovada em 2009. Eu votei contra, obstruí aqui a votação, mas o governo tinha maioria, como tem maioria. O projeto foi aprovado e se transformou na Lei nº 1.093, de 2009, e a partir daí foi a precarização generalizada dos contratos dos professores temporários, dos antigos professores ACT, que eram contratados pela Lei nº 500, de 1974, que era muito melhor que essa Lei nº 1.093, de 2009, do ponto de vista do contrato, até porque não tinha interrupção.

O governo, quando aprovou isso, quando a gestão Serra aprovou essa malfadada lei, ele estava pensando apenas em cortar o vínculo empregatício dos professores com o Estado. Ele não estava pensando na Educação, na qualidade de ensino, nos alunos, no Magistério.

Era apenas uma preocupação econômica, financeira e trabalhista. Nada mais do que isso. O fato é que estamos com 20 mil professores demitidos e várias escolas estaduais sem professores. Tem professor, eles demitem, não chamam os aprovados ou, quando chamam, chamam em um número muito reduzido, que fica aquém de atender minimamente as necessidades da rede estadual.

Esse é o quadro. Temos que resolver essa questão do professor categoria "o" de duas maneiras: acabando com a duzentena e garantindo que o professor categoria "o" possa utilizar o Hospital do Servidor Público Estadual e o Iamspe, porque ele não tem direito à assistência médica. É um absurdo que um professor da rede pública não tenha acesso ao sistema de saúde que é o Iamspe e ao Hospital do Servidor Público Estadual.

Apresentei um projeto, o PLC 24, que foi apresentado coletivamente por centenas de professores categoria "o" e já foi aprovado em todas as comissões. O nosso projeto está pronto para ser votado. Aprovei um requerimento de urgência. Enfim, o projeto está pronto para ser votado. Inclusive, coloquei como projeto prioritário na lista dos projetos de deputados.

O PLC 24 acaba com a duzentena e com essa precarização do contrato do professor. E também garante a utilização do Iamspe, o professor categoria "o" vai poder usar o Iamspe. Essa é a nossa ação aqui na Assembleia Legislativa. Peço o apoio dos 94 deputados e deputadas para que possamos votar imediatamente.

Na semana que vem, parece-me que vamos votar os projetos dos deputados e o meu é esse. O projeto prioritário que estou apresentando é o PLC 24, de 2015, para que ele entre em votação, para que possamos reverter essa demissão de 20 mil professores e acabar com essa situação desumana em que o professor não pode utilizar o Hospital do Servidor Público Estadual e não pode usar o Iamspe. Isso é uma mesquinha e um atentado sem precedentes à dignidade do professor categoria "o".

Era isso, deputada Leci Brandão. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Deputado Carlos Giannazi, sempre presente de forma permanente na luta a favor dos professores.

Seguindo a lista de nobres deputados inscritos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva, pelo tempo regimental.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo. A violência, muitas pessoas entendem como tendo origem na pobreza. Essas pessoas têm um pouco de razão. Mas não é apenas a pobreza, mas sim, a diferença social, uma das mães desta realidade. Temos, também, escolas totalmente inadequadas. Temos órgãos de comunicação de massa que não se preocupam em formar cidadãos plenos. A cidadania vem do lar, da escola e da comunicação, porque através da informação construímos consciências.

Edgar Morin é um sociólogo francês contemporâneo. Ele fez um trabalho para a Unesco - antes da virada do século - sobre a Educação no terceiro milênio. Ele trata muito bem desse assunto. Ele fala da formação do cidadão ético. Ele fala da formação do cidadão com perspectiva, com autoestima, com sonhos e com ilusões. Ou seja, ele fala da pessoa que acredita em alguma coisa, que acredita no futuro, que tem uma perspectiva para sua vida.

O próprio Viktor Emil Frankl é um cientista, um psiquiatra, que fez trabalhos profundos sobre a mente humana e sobre o comportamento do indivíduo. Ele fala que quando um jovem tem um sentido para sua vida, dificilmente ele entra para a criminalidade.

No Brasil, o jovem não tem perspectiva. No Brasil, a Educação é totalmente inadequada. A Educação que eu falo não é a daquele romantismo que muita gente tem na cabeça, daquela ilusão.

A ilusão é muito bonita, é um perfume para a vida. Só que quando você tem uma Educação com limite, com seriedade, colocando ética na cabeça das pessoas, cidadania, respeito pelos direitos dos outros, você passa a ter uma outra realidade.

Isso eu defendo baseado já em estudos lá do passado. Licurgo, um legislador de Esparta, foi convidado certa vez para fazer uma palestra sobre educação. Alguns registros dizem que ele pediu seis meses; outros dizem que ele pediu três meses de prazo. Mas, na maioria, o prazo mesmo foi de seis meses.

Ele viveu de 700 a 800 anos antes de Cristo. Todo mundo achou Licurgo estranho. Ele tinha facilidade para falar sobre essa matéria e pediu seis meses de prazo? Depois de decorrido o tempo, ele se apresentou para uma plateia ávida, ansiosa por conhecer o pensamento de Licurgo.

Ele tinha dois escravos, cada escravo com um engradado. Em um dos engradados, duas lebres; no outro engradado, dois cães. Os escravos soltaram uma lebre, que saiu pulando, saltitando, e soltou um cachorro.

Esse cachorro alcançou a lebre e a estraçalhou, manchando o chão com o sangue do pequeno animal. Isso, realmente, deixou todo mundo aterrorizado. Limparam o chão, soltaram a outra lebre, que saiu pulando, e soltaram o outro cachorro.

O cachorro alcançou a lebre, pulou sobre a lebre, abraçou-se com ela e os dois brincaram e rolaram no chão. As pessoas que tinham virado o rosto, que não queriam ver aquela cena que poderia ser degradante, começaram a ver o cachorro brincando com o cachorro orelhudo.

E a palestra do Licurgo, qual foi? Os dois últimos animais foram educados, foram preparados para conviverem em paz, para se respeitarem.

Então, a palestra dele terminou. Eles foram educados. A Educação tem um poder fantástico de fazer com que o indivíduo respeite seu semelhante, para fazer com que o indivíduo entenda que ele pode sonhar com o futuro e para criar uma outra realidade para sua nação, para seu povo.

O Brasil não se preocupa com a Educação, não se preocupa com a Educação formal, não se preocupa com a Educação ética, com a cidadania, e, por isso, nós vivemos essa realidade.

Sócrates falava que a pergunta era mais importante que a resposta. Será que nossos governantes se preocupam em formarmos uma população consciente de seus direitos e deveres de cidadania? Será?

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência adita a Ordem do Dia com o Projeto de lei nº 147/2018, bem como com os Projetos de lei nºs 1.170/2014 e 515/2016 vetados.

Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembrando-os, ainda, da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de comemorar o Dia Estadual do Trabalhador da Saúde.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 15 minutos.

* * *

4 DE MAIO DE 2018

56ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: MARCO VINHOLI

RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - MARCO VINHOLI Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca sessão solene a ser realizada em 18/06, às 10h, para "Celebração em memória aos 50 anos da morte do Sargento do Exército Brasileiro Mário Kozel Filho", por solicitação do deputado Coronel Telhada. Parabeniza as cidades de Bebedouro, Catiguá e Santa Cruz da Conceição por seus aniversários. Felicita-se pela criação de comissão que deve gerar melhorias na Rodovia da Laranja. Reivindica apreciação, por esta Casa, do PLC 11/18 e da PEC 5/16, em segundo turno. Comunica reunião, hoje, com o ex-prefeito João Doria e outras autoridades políticas, para debate de demandas públicas. Crítica proposta de desvinculação entre a Agência de Desenvolvimento Paulista e a Secretaria da Fazenda do Estado. Defende o uso não político desse banco de fomento. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 07/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessões solenes: para "Comemoração do Dia do Psicanalista", hoje, às 20h; e para "Outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Sr. Coronel Nivaldo Cesar Restivo, por sua atuação no Comando Geral da Polícia Militar de São Paulo", dia 07/05, às 10h. Levanta a sessão. * * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Marco Vinholi. * * *

O SR. PRESIDENTE – MARCO VINHOLI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - (PRONUNCIASE DA PRESIDÊNCIA) - Esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Coronel Telhada, convoca V. Exas., nos termos do Regimento Interno, para uma sessão solene, a realizar-se dia 18 de junho de 2018, às 10 horas, em memória aos 50 anos da morte do sargento do Exército Brasileiro Mário Kozel Filho.

Hoje quero deixar aqui algumas palavras breves, desta Presidência. Quero começar cumprimentando alguns municípios que fizeram aniversário ontem, queridos municípios, nos quais eu tenho uma boa atuação.

Nossa querida Bebedouro, fazendo seus 134 anos, o município de Catiguá, vizinho da nossa Catanduva, um município muito querido da região, e Santa Cruz da Conceição, da prefeita Patrícia, do vereador Marco e de tantos amigos.

Queria também dizer que hoje, no "Diário Oficial", podemos verificar a criação de uma comissão, após 20 anos que foi feita a concessão da "rodovia da laranja", que liga a minha Catanduva a Bebedouro, finalizando o período dessas concepções, para receber de volta a estrada para o estado de São Paulo e, muito provavelmente, depois, fazendo uma nova concessão.

Então, quero saudar a comissão que vai participar disso. Tradicionalmente esse tipo de comissão tem a presença de parlamentares desta Casa. Por conta do período eleitoral, não é permitido que parlamentares possam fazer parte da comissão e disputem a sua reeleição, mas quero dizer que nós vamos acompanhar muito de perto essa transmissão da estrada de volta para estado de São Paulo, para que possamos ter antes esse retorno, todas as melhorias que a região precisa e que devem ser feitas ali no entorno da nossa "rodovia da laranja" .

Isso vai ser um expediente novo no estado de São Paulo, esse retorno das estradas, após 20 anos, e vamos acompanhar muito de perto como é que vai ser feito esse processo.

Queria também dizer do nosso empenho, a bancada do PSDB na Assembleia Legislativa reivindica que, na semana que vem, possamos ter o PLC 11 na pauta, podendo dar o justo reajuste, a justíssima mudança na carreira dos profissionais da área da agricultura e do desenvolvimento social. Essas carreiras precisam disso e esperamos que possamos ter esse retorno em breve.

Quero dizer àqueles que nos acompanham que, na semana que vem, vamos apresentar ao Colégio de Líderes essa importante pauta, juntamente com a PEC 5, que já foi aprovada em primeiro turno. Esperamos que, na semana que vem, ela possa ser aprovada em segundo turno.

Queria também dizer que hoje, na parte da noite, a partir das 18 horas, estaremos com João Doria no município de Barueri. O prefeito Furlan, juntamente com a deputada federal Bruna Furlan e prefeitos de toda a região farão um grande evento para receber o João Doria, para que ele possa dialogar com a população sobre as demandas da região oeste de São Paulo. Estamos muito felizes por conta desse evento.

Tenho também uma preocupação: anteontem, estive neste plenário falando um pouco sobre a mudança do banco de fomento paulista, o Desenvolve SP, para a Secretaria de Planejamento, saindo da Secretaria de Finanças.

Sabemos o quão preocupante isso é. Tivemos um histórico no Brasil recente, desde 64, com a Lei nº 4.595, que delimitou o Conselho Monetário Nacional; depois, nos anos 80, houve uma grande crise nos bancos estaduais por conta dessa interferência política que aconteceu. Todos os estados sofreram com isso e São Paulo não foi diferente.

Na época, foi implementado o Proer para salvar esses bancos, que tinham uma grande dívida por conta dessa utilização política que foi feita deles. Em 2001, a Resolução nº 2.828 criou os bancos de fomento em todo o País. Cada estado pode ter um. Em São Paulo, implementamos, depois de finalizada a Nossa Caixa, o nosso banco Desenvolve SP. Nos estados da Nação, todos os bancos de fomento são vinculados à Secretaria da Fazenda. Nos 16 estados em que existem bancos de fomento, a vinculação se dá com a Secretaria da Fazenda. A Secretaria da Fazenda está no capital societário do banco.

Então, estamos questionando. Vou aprofundar um pouco essa explanação. É uma preocupação que temos sobre o uso político desse banco público neste momento. Vimos o que aconteceu com o BNDES por conta disso, toda a queda no rating dos bancos por conta dessa intervenção mal feita nacionalmente.

E temos uma grande preocupação. Há duas agências de rating que medem o banco Desenvolve SP: uma é a Fitch, a outra é a Moody's. Nós nos preocupamos muito com que, com essa intervenção política, possamos ter uma queda no rating, causando um menor potencial para o fomento do estado de São Paulo.

A outra preocupação que temos é com a queda do financiamento para as empresas que geram emprego no estado de São Paulo. É uma preocupação muito grande. Todos os sinais que temos, neste momento, são de que financiamentos como o que foi feito, por exemplo, na minha Catanduva, na indústria Frucamp, em que foram investidos 20 milhões de reais pelo Governo do Estado, por meio do banco Desenvolve SP, poderiam cessar neste momento, que é um momento fundamental para a geração de empregos.

Hoje, protocolamos um requerimento de informação por conta disso e fizemos um convite para que o secretário da Fazenda, Dr. Helcio Tokeshi, possa vir a esta Casa para fazer uma explanação sobre os motivos dessa mudança, sobre sua concordância com essa transferência e, sobretudo, sobre o que se pretende fazer com o banco de fomento do estado de São Paulo. É uma grande preocupação. O estado de São Paulo foi levado com muita luta até este momento e esperamos que esse legado possa ser respeitado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, finalizada a minha fala e havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o Dia do Psicanalista, e da sessão solene a realizar-se na segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de outorgar o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao coronel Nivaldo César Restivo, por sua atuação no Comando Geral da Polícia Militar de São Paulo.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 39 minutos.

* * *

7 DE MAIO DE 2018

57ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CARLOS GIANNAZI e CORONEL TELHADA Secretário: CORONEL TELHADA
--

RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CORONEL TELHADA Anuncia o novo comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, coronel PM Salles, em cerimônia na última sexta-feira, na Academia do Barro Branco. Elogia a carreira do coronel, que disse ter servido no Regimento da Cavalaria 9 de Julho. Deseja sucesso ao coronel Salles. Registra a visita do tenente Derrite, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar a esta Casa. Ressalta seu trabalho no caso do prédio que desabou no centro de São Paulo. Considera o seu trabalho perigoso e arriscado. Agradece o Corpo de Bombeiros pelo trabalho prestado para a população de São Paulo. Discorre sobre a morte de dois policiais militares no Rio de Janeiro e de um policial federal, o delegado Davi Farias de Aragão. Lamenta a falta de condições de trabalho dos policiais e agentes de segurança. Menciona que os bandidos que chegam à cadeia após matar policiais são considerados heróis. Presta condolências às famílias dos policiais assassinados.
3 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência. Convoca os Srs. Deputados, para uma sessão solene, a realizar-se em 21/06, às 20 horas, para a "Outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao nobre Deputado Campos Machado", a pedido do deputado Fernando Capez.
4 - CARLOS GIANNAZI Lamenta a decisão da presidente do STF Carmem Lúcia de suspender ação civil pública, da Apeoesp, que obrigava o governo estadual a cumprir o piso estadual do Magistério. Informa que o estado de São Paulo, apesar de ser o mais rico na Nação, não cumpre a lei federal. Diz ter sido a mesma suspensa por lesão à ordem e à economia pública do Estado. Lembra que a dívida ativa do Estado é de aproximadamente 450 bilhões de reais, e que a mesma não é cobrada das empresas. Repudia a posição do governo estadual, da PGE e da ministra Carmem Lúcia. Comenta matéria da "Folha de S. Paulo", sobre a série de depósitos ao operador na gestão Serra, o Paulo Preto. Menciona que Paulo Preto, de acordo com o jornal, após assumir a Dersa em 2007, abriu quatro contas na Suíça, que receberam